

TÍTULO DO TRABALHO			
<b>DAS TEORIAS DA DEPENDÊNCIA AO DESENVOLVIMENTO DESIGUAL E COMBINADO:</b> em busca de uma definição materialista-histórica para o conceito de desenvolvimento.			
AUTOR	INSTITUIÇÃO (POR EXTENSO)	Sigla	Vínculo
<b>Felipe Antunes de Oliveira</b>	Universidade de Sussex	UoS	Doutorando
RESUMO (ATÉ 150 PALAVRAS)			
<p>O que é desenvolvimento? É possível uma definição materialista-histórica desse conceito, ou ele estaria inexoravelmente associado a abordagens etapistas, há muito superadas? Como disputar espaços no Estado ligados à formulação e à execução de políticas públicas sem um conceito de desenvolvimento? Nesse artigo, eu sugiro que conceito de desenvolvimento desigual e combinado – cunhado por Trotsky e introduzido recentemente no campo das Relações Internacionais por Rosenberg – pode oferecer uma importante contribuição a esse debate. Ao relacionar organicamente as noções de internacionalidade e de desenvolvimento, a original ideia de Trotsky indica uma maneira de reformular e atualizar as teorias da dependência.</p>			
PALAVRAS-CHAVE (ATÉ 3)			
Desenvolvimento desigual e combinado – Teorias da dependência – Relações Internacionais			
ABSTRACT (ATÉ 150 PALAVRAS)			
<p>What is development? Is it possible to provide a historical-materialist definition of that concept, or is it inextricably associated with stagiest interpretations of history, which have been long ago surpassed. How to dispute spaces in the State related to the formulation and the execution of public policies without a conception of development? In this paper I suggest that the concept of uneven and combined development – coined by Trotsky and recently introduced in the field of International Relations by Rosenberg – may offer an important contribution to that debate. Organically relating the notions of internationality and development, Trotsky's original idea indicates a way of rethinking and updating the dependency theories.</p>			
KEYWORDS (ATÉ 3)			
Uneven and Combined Development – Dependency theories – International Relations			
EIXO TEMÁTICO			
3. Poder, Estado e Luta de Classes			

## **Das Teorias da Dependência ao Desenvolvimento Desigual e Combinado: em busca de uma definição materialista-histórica para o conceito de desenvolvimento.**

Felipe Antunes de Oliveira<sup>1</sup>

*En este tiempo fundacional, la independencia económica significa para este gobierno la derrota de nuestro estancamiento, la victoria de la producción, el triunfo del desarrollo.*

Presidente Carlos Menem, 1989<sup>2</sup>

*Assim eu vi meus filhos nascerem, e meus netos, sonhando e lutando para divisar o dia em que o desenvolvimento, a liberdade e a justiça – justiça, liberdade e desenvolvimento – andariam juntos nesta terra. (...) Sem arrogância, mas com absoluta convicção, eu digo: este país vai dar certo!*

Presidente Fernando Henrique Cardoso, 1995<sup>3</sup>

*Para repor o Brasil no caminho do crescimento, que gere os postos de trabalho tão necessários, carecemos de um autêntico pacto social pelas mudança[sic] e de uma aliança que entrelace objetivamente o trabalho e o capital produtivo, geradores da riqueza fundamental da Nação, de modo a que o Brasil supere a estagnação atual e para que o País volte a navegar no mar aberto do desenvolvimento econômico e social.*

Presidente Lula da Silva, 2003<sup>4</sup>

*Basta ver como los países más desarrollados protegen a sus trabajadores, a sus industrias y a sus productores. Se trata, entonces, de hacer nacer una Argentina con progreso social, donde los hijos puedan aspirar a vivir mejor que su padres, sobre la base de su esfuerzo, capacidad y trabajo. Para eso es preciso promover políticas activas que permitan el desarrollo y el crecimiento económico del país, la generación de nuevos puestos de trabajo y la mejor y más justa distribución del ingreso. Como se comprenderá el Estado cobra en eso un papel principal, en que la presencia o la ausencia del Estado constituye toda una actitud política.*

Presidente Néstor Kirchner, 2003<sup>5</sup>

### **O que é Desenvolvimento?**

Desenvolvimento é um conceito central para diversas áreas das ciências sociais. Basta uma pesquisa rápida em qualquer biblioteca digital acadêmica para localizar milhares de textos de economia, sociologia, ciência política, antropologia, história e geografia que empregam o termo, muitas vezes de forma acrítica, sem defini-lo<sup>6</sup>. Para além da academia, o desenvolvimento aparece em países periféricos como um objetivo constante em justificativas de políticas públicas e, de forma ainda mais vaga, em discursos políticos à esquerda e à direita. No Brasil, nada menos do que três ministérios trazem no nome o apelo ao desenvolvimento (Ministério do Desenvolvimento, Indústria

---

<sup>1</sup> Bacharel em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, Mestre em Diplomacia pelo Instituto Rio Branco, Doutorando em Relações Internacionais na Universidade de Sussex.

<sup>2</sup> Discurso de posse de Carlos Menem, Presidente da República Argentina, 1989. (Menem, 1989)

<sup>3</sup> Discurso de posse de Fernando Henrique Cardoso, Presidente da República Federativa do Brasil, 1995 (Cardoso, 2014)

<sup>4</sup> Discurso de posse de Lula da Silva, Presidente da República Federativa do Brasil, 2003. (Da Silva, 2014)

<sup>5</sup> Discurso de posse de Néstor Kirchner, Presidente da República Argentina, 2003. (Kirchner, 2003)

<sup>6</sup> Apenas a título de ilustração: uma pesquisa pelo termo “development”, restrita às ciências humanas e sociais, rendeu, em 01/07/2015, 728.965 resultados na plataforma Scopus, e 1.193.725 resultados na plataforma Web of Sciences (Scopus - Document Search Results 2015; Web of Science [v.5.17] - Todas as Bases de dados Resultados 2015)

e Comércio, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome), mobilizando um orçamento, em 2015, de R\$ 84.471.635.291,00 (MDIC 2015).

Em países de língua inglesa, acompanhando a tendência de fragmentação acadêmica visível na multiplicação de cursos oferecidos, formou-se uma área interdisciplinar já bastante consolidada na fronteira entre a economia, a antropologia, a geografia e as relações internacionais, chamada ‘development studies’. Os programas de cursos de graduação e pós-graduação em ‘development studies’ geralmente começam com inconclusivas discussões sobre o conceito de desenvolvimento. Em que pese o esforço intelectual dedicado ao tema e a sua importância política, tanto em países centrais como periféricos, o conceito continua aberto a diferentes definições e objeto de intensa disputa política.

Mas, afinal, o que é desenvolvimento? Como definir um conceito com tão amplo uso? Será desenvolvimento nada mais do que um termo curinga, capaz de justificar qualquer ideia e qualquer política pública?

A noção de desenvolvimento aparece, no senso comum, associada à mudança positiva. Nesse sentido, o conceito de desenvolvimento é herdeiro direto da ideia iluminista de progresso. A aplicação desse conceito à realidade social sugere que as sociedades tornam-se cada vez melhores e mais perfeitas com o passar do tempo. O mundo, nessa visão simplista, é formado por sociedades “desenvolvidas”, que saíram na frente ou foram mais velozes em sua marcha histórica, e sociedades “em desenvolvimento”, que ainda não atingiram suas potencialidades, mas que eventualmente chegarão ao nível das primeiras. A partir dessa ideia tão simples quanto problemática, torna-se possível medir índices nacionais de desenvolvimento, e comparar Estados Nacionais, com base em rankings que podem ser desagregados em diversos níveis (educação, renda, acesso a serviços, etc.).

As perspectivas (neo)liberal e (neo)desenvolvimentista compartilham essa noção positivista do desenvolvimento, embora abriguem diferenças significativas no que diz respeito aos meios pelos quais este fim seria atingido. Enquanto (neo)liberais enfatizam o potencial de relações de mercado para a geração de riqueza e, portanto desenvolvimento, (neo)desenvolvimentistas insistem na centralidade do Estado como instituição fundamentais para a correção de falhas de mercado.

Diversas formulações teóricas identificadas um tanto vagamente como teorias da dependência têm questionado, desde a década de 1960, tanto a perspectiva liberal quanto a desenvolvimentista. Em seu seminal texto de 1967, Gunder Frank denunciou a tendência de “desenvolvimento do subdesenvolvimento” em países periféricos. Em vez de estarem em estágios anteriores de um processo mais ou menos uniforme que ocorreria sucessivamente em diferentes Estados, os países periféricos estariam envolvidos em um sistema internacional de produção e circulação de mercadorias que perpetuaria a condição de subdesenvolvimento. Apenas a ruptura

revolucionária com esse sistema seria capaz de promover a superação do subdesenvolvimento – tese capturada no sugestivo título “América Latina: Revolução ou Subdesenvolvimento” (Frank 1969).

Embora sejam críticas às estratégias capitalistas de desenvolvimento efetivamente implementadas na América Latina, as versões originais das teorias da dependência continuam apoiando-se em uma noção pouco definida e idealizada de desenvolvimento. De forma mais radical, teóricos pós-desenvolvimentistas, como Gilbert Rist (2007; 2002), Gustavo Esteva (1992) e Arturo Escobar (2012), denunciam o caráter eurocêntrico e etapista inerentes à própria ideia de desenvolvimento. Ao tomar a trajetória histórica da Europa – e do Reino Unido em particular – como modelo, os demais Estados do mundo estariam tentando universalizar um caminho particular, em detrimento de especificidades culturais e históricas que tornariam cada sociedade única.

Dentro do campo marxista, o conceito de desenvolvimento também foi objeto de disputas e continua carecendo de uma definição clara. Inspirada em alguns trechos da própria obra de Marx, em especial no prefácio da primeira edição da *Contribuição à Crítica da Economia Política* (Marx 2010), a leitura dominante no marxismo ortodoxo era claramente etapista. Modos de produção se sucederiam em uma ordem fixa e determinada, da escravidão ao comunismo. Contradições materiais entre a estrutura produtiva e a superestrutura cultural/ideológica gerariam revoluções políticas, que marcariam a passagem entre os modos de produção.

Essa leitura determinista de Marx vem sendo combatida desde o início do século XX. Autores contemporâneos, como Michael Löwy (2010), Ben Selwyn (2014) e Lucia Pradella (2015) localizam outros trechos na obra de Marx – especialmente entre seus últimos escritos – que contradizem frontalmente a interpretação rígida do conceito de desenvolvimento. Muito antes, Trotsky (2011) propusera a teoria do desenvolvimento desigual e combinado, que explicitamente representa um desafio às interpretações etapistas que se adequavam mal a realidade histórica, em especial à Revolução Russa.

O presente artigo insere-se no campo marxista, e procura sintetizar o debate em torno do desenvolvimento, em busca de uma definição não-etapista, universalista (não-eurocêntrica), e relacional para esse conceito. Uma definição materialista-histórica do conceito de desenvolvimento poderá ser útil, no campo discursivo, para fortalecer a luta de grupos anti-hegemônicos que têm seus interesses materiais constantemente sacrificados em nome da repetida promessa de desenvolvimento capitalista. No caso específico do Brasil e da América Latina, é interessante notar que os principais grupos políticos que se revezam no comando do Estado – (neo)liberais e (neo)desenvolvimentistas – baseiam seu discurso em concepções muito semelhantes de desenvolvimento. A crítica dessa concepção e o esforço teórico de definição de um conceito

alternativo de desenvolvimento poderão, portanto, ser instrumentais para a construção de uma verdadeira alternativa ao modelo capitalista dominante no campo das políticas públicas.

Na primeira seção do artigo, apoiando-me na literatura pós-desenvolvimentista e nas teorias da dependência, procuro definir quais exatamente são as limitações do conceito dominante de desenvolvimento. Em seguida, mostro como essas limitações aparecem em textos representativos de teóricos do neoliberalismo e do neodesenvolvimentismo no Brasil. Finalmente, voltando-me progressivamente para os textos de Marx e Trotsky, bem como de alguns de seus interpretes contemporâneos, especialmente Justin Rosenberg, defendo o argumento de que o conceito de desenvolvimento desigual e combinado, ao colocar a noção de internacionalidade no centro de uma definição materialista-histórica de desenvolvimento, representa uma alternativa concreta às concepções dominantes.

### **Qual o problema com o desenvolvimento? Eurocentrismo, etapismo e nacionalismo metodológico.**

Não há crítica mais frontal à noção de desenvolvimento do que a proposta pelos chamados teóricos pós-desenvolvimentistas. Para Gilbert Rist, o “desenvolvimento” é um “elemento na religião da modernidade”, uma crença compartilhada por liberais, sociais democratas e comunistas, baseada em mitos e constantemente sustentada por “sinais e rituais”(Rist 2002, 21–24). Gustavo Esteva afirma que o termo perdeu completamente o sentido. Hoje, ao usá-lo, a maioria das pessoas acaba dizendo o contrário do que pretendia. O termo estaria condenado ao desaparecimento, e seria desejável que nos livráramos dele o quanto antes, pois “do defunto insepulto do desenvolvimento, todo o tipo de doença começa a se espalhar” (Esteva 1992, 1).

A rejeição à ideia de desenvolvimento se justifica, nesses autores, pela percepção de que o termo implica na imposição de um padrão social e cultural historicamente definido sobre culturas essencialmente diferentes. A aceitação da divisão do mundo entre sociedades desenvolvidas e sociedades subdesenvolvidas geraria a falsa promessa de que todos os países eventualmente convergiriam aos níveis de consumo dos países “desenvolvidos” e, o mais grave, desvalorizaria conhecimentos e formas de vida tradicionais, classificando-os como “atrasados”. “Para os que fazem parte de dois terços da população do mundo hoje, pensar em desenvolvimento – em qualquer tipo de desenvolvimento – requer primeiro a percepção de si mesmos como subdesenvolvidos, com todo o peso de conotações que isso carrega” (Esteva 1992, 3).

A dicotomia entre desenvolvidos e subdesenvolvidos já havia sido anteriormente criticada pelos chamados teóricos da dependência. Sob esse rótulo algo vago diversas ideias diferentes são

geralmente reunidas, por isso é mais adequado referir-se a elas no plural<sup>7</sup>. Entre os autores mais representativos dessa escola, seria possível citar Gunder Frank, Theotonio dos Santos, Fernando Henrique Cardoso, José Serra, Ruy Mauro Marini, Enzo Faletto e, em certa medida, Immanuel Wallerstein. Apesar das marcadas diferenças entre esses autores, não raramente revelada em amargos debates – por exemplo Cardoso & Serra (1978) vs. Marini (1978) – é possível encontrar um núcleo de postulados comuns às teorias da dependência como um todo. Primeiro, elas rejeitam a visão etapistas de que o capitalismo se espalharia pelo mundo de maneira homogênea, e, portanto, de que países em desenvolvimento naturalmente tornar-se-iam desenvolvidos com o passar do tempo. Em segundo lugar, elas identificam uma relação dinâmica entre as economias “periféricas” ou “semi-periféricas” da América Latina e o que foi chamado de ‘economias centrais’, determinando a posição relativa ocupada pela América Latina no Sistema Mundial Capitalista. Em terceiro lugar, elas enfatizam que as desigualdades (ou as estruturas de classe) na América Latina são um dos principais fatores por trás do subdesenvolvimento da região.

Uma versão concisa e representativa dos pontos originais das teorias da dependência pode ser encontrada no texto “The Development of Underdevelopment” de Gunder Frank, publicado originalmente em 1966. Nesse pequeno e seminal artigo, Frank critica a literatura dominante sobre desenvolvimento afirmando que ela confunde ‘indesenvolvimento” (undevelopment) com “subdesenvolvimento” (underdevelopment), e conseqüentemente vê a situação contemporânea dos países periféricos como se eles estivessem em um estágio anterior do desenvolvimento capitalista em comparação aos países centrais (Frank 1969, 3).

Contra essa perspectiva, Frank argumenta que o subdesenvolvimento é o resultado de relações econômicas históricas e presentes entre as economias periféricas e as metrópoles (Frank 1969, 4). Desenvolvimento e subdesenvolvimento seriam, assim, dois lados da mesma moeda, e não quilômetros de uma mesma estrada. Nesse sentido, desenvolvimento e subdesenvolvimento reciprocamente geram e reforçam um ao outro, criando uma estrutura que só pode ser superada por meio de mudanças sociais radicais. As teses de Frank apoiam-se em estudos de caso centrados no Brasil e no Chile, publicados posteriormente no livro *Capitalismo e Subdesenvolvimento da América Latina* (Frank 1971).

Diversas críticas podem ser feitas às ideias originais de Gunder Frank<sup>8</sup>. Vários dos argumentos apenas sugeridos de forma vaga pelo autor encontrariam expressão muito mais elaborada nos trabalhos posteriores de Marini e Dos Santos. De toda forma, a crítica ao conceito de desenvolvimento – e, mais precisamente, ao conceito de subdesenvolvimento – aparece aqui de

---

<sup>7</sup> Marini, por exemplo, recusa totalmente o termo “estudos da dependência”(Marini 1978, 60). Já Cardoso e Faletto expressam reservas à uma teoria geral, preferindo a análise de situações concretas de dependência (Cardoso and Faletto 1979, xxiii).

<sup>8</sup> Para o balanço das críticas e uma resposta do autor, ver Frank (1973).

forma clara. Frank denuncia um aspecto central das teorias do desenvolvimento, a saber, a noção de que estágios definidos, necessários e repetíveis seriam trilhados por todos os países, em abstração das relações que esses países mantêm entre si.

Wallerstein retoma e expande o argumento de Frank para criticar mais um aspecto central da noção de desenvolvimento: o nacionalismo metodológico. Para Wallerstein, o problema teria a sua gênese na própria origem das ciências sociais, que importariam das ciências exatas a pressuposição de que os fenômenos sociais seriam sujeitos a leis analisáveis, e, portanto, poderiam ser objeto de intervenção e manipulação (Wallerstein 1984, 103). O que justificaria a possibilidade de intervenção seria a ideia de que, embora não sejam perfeitas, as sociedades são perfectíveis. A essa noção se soma a identificação entre sociedades e Estados, e, como consequência, a ideia de que cada sociedade/Estado constitui uma unidade homogênea de análise. Com alguma ironia, Wallerstein caracteriza a abordagem clássica das ciências sociais:

A ‘sociedade’ de certo ‘Estado’ era julgada como sendo mais ou menos coesa, mais ou menos ‘progressiva’ ou ‘avançada’. Cada ‘sociedade’ tinha uma ‘economia’, que poderia ser caracterizada, e que possuía ‘mercados nacionais’ e ‘mercados internacionais’ (Wallerstein 1984, 105).

Como alternativa à perspectiva de que as sociedades/Estados são unidades adequadas de análise social, Wallerstein não propõe o relativismo absoluto, como se não houvesse nada em comum entre as diferentes sociedades, o que, segundo ele, representaria apenas a reificação dessas unidades de análise. Para o autor, a saída para o problema do nacionalismo metodológico envolveria uma mudança de nível de análise, privilegiando os “sistemas históricos” (Wallerstein 1984, 107)<sup>9</sup>.

Em resumo, três são as principais linhas críticas que podem ser contrapostas à noção dominante de desenvolvimento. Em primeiro lugar, ela seria eurocêntrica, por supor a universalização da experiência histórica da Europa, e em especial da Inglaterra. Em segundo lugar, ela seria etapista, por supor que diferentes países seguiriam os mesmos estágios em direção ao desenvolvimento pleno. Finalmente, ela seria metodologicamente nacionalista, ao supor a identificação entre Estados e sociedades e ao tomar os primeiros como unidades isoláveis de análise.

Tamanha é a confusão em torno do conceito de desenvolvimento, no entanto, que mesmo essas três linhas críticas não são compatíveis entre si. Do ponto de vista dos teóricos pós-desenvolvimentistas, apesar da importância da oposição apresentada pelas teorias da dependência às estratégias de desenvolvimento impostas ao mundo periférico pelos países centrais (especialmente pelos Estados Unidos), a manutenção do conceito de desenvolvimento implícita na abordagem

---

<sup>9</sup> Sistemas históricos, ou sistemas-mundo, são caracterizados pela existência em seu interior de uma divisão do trabalho. Para uma apresentação clássica desses conceitos, ver Wallerstein (1974). Para uma discussão da relação entre as análises dos sistemas-mundo e o desenvolvimento desigual e combinado, ver Antunes de Oliveira (2014).

dependentista acaba reforçando e consolidando justamente a ideologia a ser combatida. “A própria discussão sobre a origem ou as atuais causas do subdesenvolvimento ilustra em que medida ele é admitido como algo real, concreto, quantificável e identificável” (Esteve 1992, 107). Do ponto de vista das análises do sistema-mundo, por outro lado, a visão particularista e subjetivista dos pós-desenvolvimentistas apenas reforça a ilusão de que diferentes sociedades/Estados seriam unidades adequadas de análise (Wallerstein 1984, 107).

Seja como for, nenhuma das perspectivas citadas foi capaz de propor um conceito alternativo de desenvolvimento que pudesse ser apropriado por grupos anti-hegemônicos para disputar espaços de poder e recursos, tanto no nível dos Estados quanto no nível internacional. As críticas ao conceito dominante de desenvolvimento, embora contundentes, não evoluíram para a proposição de caminhos alternativos. Em outras palavras, não basta denunciar a noção de desenvolvimento como eurocêntrica, etapista e metodologicamente nacionalista, é preciso forjar um novo conceito de desenvolvimento que supere essas limitações.

Um novo conceito é necessário porque, ainda hoje, a visão tradicional de desenvolvimento é amplamente usada no nível discursivo para a construção de hegemonia por diferentes frações da classe dominante. Além disso, o conceito de desenvolvimento é citado com grande frequência no campo das políticas públicas, embasando escolhas distributivas que afetam diretamente a vida de milhares de pessoas. Finalmente, esse conceito aparece ainda como justificativa vaga para políticas com efeitos negativos visíveis imediatos, mas que, supostamente, gerarão no longo prazo o desejado desenvolvimento. A simples rejeição acadêmica ao conceito de desenvolvimento não parece ser capaz de apagar seu uso. A jogar por sua virtual onipresença, o desenvolvimento – feliz ou infelizmente – não parece estar tão morto quanto sugere Esteve (1992, 1). Sendo assim, cabe aos movimentos populares da classe trabalhadora<sup>10</sup> redefinir esse conceito e utilizá-lo para seus próprios fins.

Antes de avançar para o desafio teórico de propor um conceito de desenvolvimento que supere as dificuldades apontadas acima, vejamos primeiro como esse termo é apropriado pelas duas estratégias de desenvolvimento que parecem polarizar o debate público no Brasil e em boa parte da América Latina: o neoliberalismo e o neodesenvolvimentismo.

**Neoliberalismo<sup>11</sup> e neodesenvolvimentismo<sup>12</sup> – falsas promessas, sacrifícios reais.** As epígrafes deste artigo são um sinal de como o conceito de desenvolvimento é utilizado por

---

<sup>10</sup> Classe trabalhadora refere-se, na definição de Marx adotada aqui, ao trabalho coletivo, isso é, àqueles que cuja reprodução de sua existência depende da venda do próprio trabalho como mercadoria, em oposição àqueles que comandam a reprodução do capital, i.e., a classe capitalista (Marx 2010b, 243).

<sup>11</sup> Neoliberalismo é um conceito amplo, cuja definição tem sido objeto de bastante controvérsia. Aqui, adota-se a definição proposta por Connell e Dados (2014), que veem o neoliberalismo como uma estratégia de desenvolvimento, baseada na integração aos mercados internacionais, utilizada por elites nacionais para consolidação de seu poder de classe.



diferentes forças políticas. Presente no discurso de posse de presidentes que realizaram governos marcadamente neoliberais, como Carlos Menem e Fernando Henrique Cardoso, a promessa de desenvolvimento reaparece poucos anos depois na boca de líderes neodesenvolvimentistas, como Lula da Silva e Néstor Kirchner. Em todos os casos, o desenvolvimento é um norte, uma noção vaga o suficiente para justificar políticas tão díspares quanto austeridade e distribuição de renda; privatizações e aumento nos gastos públicos; abertura econômica e proteção da indústria nacional.

Embora, na obra de seus ideólogos, o neoliberalismo e o neodesenvolvimentismo apareçam como estratégias fundamentalmente distintas, e mais, como as únicas duas alternativas para os países da América Latina, é interessante notar que ambas baseiam-se em uma noção similar de desenvolvimento. Nunca definido de modo claro, o desenvolvimento aparece tanto no discurso neoliberal quanto no neodesenvolvimentista como uma promessa de “*catch-up*”, uma utopia capitalista de convergência aos níveis de acumulação de capital observados nos países centrais. O pressuposto fundamental, em ambos os casos, é que seguindo as sábias políticas propostas pelos porta-vozes do neoliberalismo e do neodesenvolvimentismo, os países em desenvolvimento tornar-se-ão, com o tempo, desenvolvidos. Os meios variam, e com eles os sacrifícios requeridos à classe trabalhadora, mas a promessa de um futuro “desenvolvido” permanece.

Um exemplo da tentativa de apropriação do conceito de desenvolvimento do ponto de vista neoliberal é o texto “A inserção externa e o desenvolvimento” (1998), de Gustavo Franco, ex-presidente do Banco Central do Brasil e professor do Departamento de Economia da PUC-Rio. Nesse artigo, o autor contesta a tese de que haveria incompatibilidade entre o programa de estabilização e a abertura econômica adotados no contexto do Plano Real e o objetivo de promover o “desenvolvimento”.

Consciente de que o que chama de “retórica do desenvolvimento” era parte integral do antigo modelo desenvolvimentista, baseado no gasto público, na substituição de importações e na proteção do mercado interno, Gustavo Franco procura desfazer a ideia de que “desenvolver é gastar”. Denunciando o que percebe como efeitos perversos dessa retórica, o autor associa a ideia de desenvolvido às políticas neoliberais de austeridade fiscal:

Quando as políticas públicas para promover o desenvolvimento vão no sentido oposto, vale dizer, enfatizam a austeridade (por que *objetivamente* se sabe que é a austeridade fiscal que levará ao desenvolvimento), o governo cai numa armadilha retórica: se desenvolver é gastar, cortar gasto significa fomentar o contrário do desenvolvimento, a recessão. (Franco 1998, 142 - ênfase no original)

---

<sup>12</sup> Ao contrário de “neoliberalismo”, neodesenvolvimentismo é um conceito definido por seus próprios defensores. De acordo com Bresser-Pereira, o “Novo Desenvolvimentismo” é um “segundo momento da economia desenvolvimentista estruturalista”, identificado com “uma estratégia de desenvolvimento rival tanto do antigo nacional desenvolvimentismo quanto do neoliberalismo” (Bresser-Pereira 2012a, 348).

O que vale a pena ser destacado nesse interessante trecho é o esforço retórico para tomar o termo “desenvolvimento” do campo inimigo, ou seja, do pensamento desenvolvimentista clássico Latino Americano, que tinha nesse um de seus conceitos centrais. Isso envolve, naturalmente, ressignificá-lo, não sem antes caricaturar a visão adversária, por meio da afirmação de que ela iguala a noção de desenvolver com a de gastar – o que, evidentemente, é uma simplificação brutal dos pressupostos keynesianos nos quais a escola desenvolvimentista baseava-se. Finalmente, o apelo à cientificidade da economia neoclássica (“objetivamente se sabe”) forja a ligação entre o desenvolvimento e a austeridade. Este ponto, em verdade, aproxima as ideias de Franco à lista de políticas sintetizadas por Williamson como o “Consenso de Washington”, que trata do equilíbrio fiscal em seus três primeiros itens (Williamson 1990).

Gustavo Franco não é o único entre os teóricos neoliberais brasileiros a apelar para o conceito de desenvolvimento. Em diferentes textos, Armínio Fraga também associa “desenvolvimento” a “um ambiente macroeconômico estável”, incluindo políticas fiscais e monetárias “sensatas” (“sound”)(Fraga 1994, 67). Após denunciar a falência do modelo seguido por diversos países da América Latina até a década de 1980 – batizado pelo autor como “populista” – Fraga defende as reformas do Consenso de Washington, e as justifica afirmando que “algo tinha que ser feito para reacender o crescimento e o desenvolvimento na América Latina” (Fraga 2004, 96).

Os textos de Gustavo Franco e Armínio Fraga deixam claro que a noção de desenvolvimento está em disputa. Em vez de riscar definitivamente esse termo do glossário neoliberal, os autores buscam apropriar-se dele, pois percebem sua importância para a justificação de políticas públicas. Nas palavras de Gustavo Franco:

Certamente ainda levará algum tempo para que os chavões clássicos do desenvolvimento capitaneado pelo investimento público e pela SI [substituição de importações] sejam substituídos por outros mais adequados ao novo modelo de desenvolvimento, qualquer que ele seja. Quanto mais se apressa, todavia, o enunciado de um Novo Desenvolvimento, mais fácil se torna encaminhar as políticas que lhe dão sustentação. (Franco 1998, 143)

A julgar pela obra recente de Bresser-Pereira, no entanto, os antigos donos do conceito de desenvolvimento não pretendem desfazer-se dele sem luta. Nos últimos anos, este autor tem capitaneado um grupo bastante amplo que propõe uma retomada do desenvolvimentismo, reformulando algumas de suas bases. O “Novo Desenvolvimentismo”, como quer Bresser-Pereira<sup>13</sup>, ou “Neodesenvolvimentismo”<sup>14</sup>, como começam a chamar alguns críticos, foi sintetizado no documento “Dez Teses sobre o Novo Desenvolvimentismo”(2012), lançado em 2010, e assinado

---

<sup>13</sup> Para defesas do “Novo Desenvolvimentismo”, ver (Bresser-Pereira 2006; 2010; 2012a; 2012b); Sicsú, Paula, and Michel (2005; 2007).

<sup>14</sup> Para críticas ao “Neodesenvolvimentismo”, ver (Katz 2014; 2013); Castelo (2012); Berringer (2014); Ebenau (2014); Feliz (2014).

por economistas como Luciano Coutinho, Ha-Joon Chang, Aldo Ferrer, Gabriel Palma, Luiz Gozaga Belluzo, entre outros.

Por trás da algo confusa e repetitiva lista de políticas e ideias econômicas sintetizadas nas “Dez Teses”, é possível identificar alguns argumentos econômicos coerentes, sobretudo quando os lemos à luz dos textos de Bresser-Pereira. Partindo da simples identificação do conceito de desenvolvimento com o processo capitalista de “catch-up”, Bresser-Pereira retoma o problema desenvolvimentista clássico e pergunta o que está impedindo a acumulação de capital e o investimento em países em desenvolvimento (Bresser-Pereira 2012a, 350). Nesse ponto, o autor menciona duas tendências que são citadas nas “Dez Teses”, a saber, a tendência dos salários crescerem menos do que a produtividade média da economia e a crônica tendência de valorização da taxa de câmbio, causada principalmente pela “doença holandesa”.

O autor não apresenta novos argumentos para provar a existência da primeira tendência, simplesmente direcionando o leitor para os trabalhos clássicos de Celso Furtado e Lewis, baseados na pressuposição da existência de “oferta ilimitada de mão de obra” (Bresser-Pereira 2012a, 350). Já o argumento da “doença holandesa”, que vem sendo repetido por Bresser-Pereira ao longo dos últimos anos, consiste em uma reinterpretação do modelo original de Corden (1984), assumindo duas taxas de câmbio de equilíbrio, em vez de dois setores na economia (Bresser-Pereira 2012a, 353). A primeira, chamada de “equilíbrio-corrente”, tenderia a estar cronicamente sobrevalorizada em relação à segunda, a taxa de câmbio de “equilíbrio-industrial”, por causa da existência de recursos naturais baratos e abundantes (2012a, 354; 2012b, 65). As mercadorias produzidas com base nessas vantagens ‘podem ser exportadas a uma taxa de câmbio consideravelmente mais alta do que a requerida para tornar competitivos outros negócios usando a tecnologia padrão’ (2012b, 65). Essa “falha de mercado” deve, portanto, ser “neutralizada” para permitir o desenvolvimento econômico, o que pode ser feito, por exemplo, por meio da taxa das exportações, (2012a, 354; 2012b, 66), em um esforço para baixar a taxa de câmbio para a de equilíbrio-industrial.

Bresser-Pereira reconhece que a manipulação da taxa de câmbio para mantê-la no nível do “equilíbrio-industrial” pode ser impopular. As consequências de curto prazo da depreciação da moeda nacional incluem uma queda salarial real e um aumento da inflação, como, aliás, tem sido observado no início do segundo mandato da Presidenta Dilma Rousseff, o que faz com que a política cambial proposta seja politicamente difícil de ser sustentada (2012a, 355). A única resposta que Bresser-Pereira tem a oferecer diante desse problema é um repetido apelo à ‘unidade nacional’ (2006, 10; 2010, 87; 2012a, 363) sob a bandeira do desenvolvimento. Em suas palavras:

A nação envolve uma solidariedade básica entre as classes quando se trata de competir internacionalmente. Empresários, trabalhadores, burocratas estatais, profissionais da classe média e intelectuais podem entrar em conflito, mas eles sabem que compartilham um destino comum, e esse

destino depende da inserção bem-sucedida no mundo de estados-nações. Envolve, portanto, um acordo nacional. (Bresser-Pereira 2010, 87)

O que importa no presente artigo não é comparar as políticas macroeconômicas sugeridas por neoliberais e neodesenvolvimentistas, tentando encontrar a “menos ruim” para a classe trabalhadora. O ponto que se quer levantar é que uma visão parecida de desenvolvimento – identificada com a acumulação de capital e a promessa de que se atingirá, num futuro indefinido, os níveis de consumo dos países centrais “desenvolvidos” – é usada por ambos os lados para justificar sacrifícios presentes e concretos. Seja em nome de uma política de austeridade econômica continuada que subordina gastos sociais à necessidade de garantir aos credores privados pagamento da dívida pública, seja em nome de uma política de “unidade nacional” sob a hegemonia da burguesia industrial, as prioridades econômicas e políticas da classe trabalhadora são deixadas sempre em segundo plano.

A polarização entre neoliberalismo e neodesenvolvimentismo, que, no plano discursivo, aparece como uma disputa entre as duas únicas estratégias de desenvolvimento possíveis, dificulta o surgimento de alternativas verdadeiramente anti-capitalistas. Como nota Mariña-Flores, “ambas as estratégias de desenvolvimento (...) desconsideram a natureza do capitalismo como um sistema de exploração de classe, que impede o desenvolvimento social geral.”(Mariña-Flores 2015, 153)

Mas o que seria, então, esse “desenvolvimento social geral”? É possível formular um conceito de desenvolvimento que supere as críticas teóricas apontadas no início desse artigo (eurocentrismo, etapismo, nacionalismo metodológico) e que possa ser apropriado pela classe trabalhadora para justificar políticas públicas de seu interesse em termos de “desenvolvimento”? Vejamos o que Marx, Trotsky e alguns de seus intérpretes contemporâneos têm a dizer sobre isso.

## **Marx e o desenvolvimento**

Nos escritos originais de Marx, não há um uso consistente do conceito de desenvolvimento. Em alguns trechos do primeiro volume de *O Capital*, é possível encontrar referências a “estágios de desenvolvimento” e “níveis de civilização dos países”, sinais de uma perspectiva etapistas e eurocêntrica (ver, por exemplo, [Marx 2010, 181]). Com uma simplicidade rara em seus escritos, em uma passagem bastante citada da *Introdução à Crítica da Economia Política*, Marx parece confirmar essa leitura:

O resultado geral a que cheguei (...) pode resumir-se assim: na produção social da sua vida, os homens contraem determinadas relações necessárias e independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a uma determinada fase de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. (...) Ao chegar a uma determinada fase de desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade se chocam com as relações de produção existentes. (...) Abre-se, assim, uma época de revolução social. (...) Nenhuma formação social desaparece antes que se desenvolvam todas as forças

produtivas que ela contém. (...) Em grandes linhas, podemos designar o modo de produção asiático, o antigo, o feudal e o moderno burguês como grandes épocas que marcam o progresso da formação econômica da sociedade (...) (Marx 2010a, 262–263)

Influenciados pela perspectiva mecânica e etapistas da história sugerida em passagens como essa, diversos autores marxistas do início do Século XX reafirmaram a necessidade de que a revolução socialista fosse necessariamente antecedida por revoluções burguesas. Dada a inexorável lógica inerente ao próprio desenvolvimento histórico, caberia à classe trabalhadora em países atrasados – aqueles onde predominasse modos de produção pré-capitalistas – apoiar suas respectivas burguesias nacionais num primeiro momento, para só então lutar pelo poder diretamente. A sociedade apenas estaria pronta para a revolução socialista quando “todas as forças produtivas” do modo de produção capitalista estivessem “desenvolvidas”. Como nota Kautsky:

Marx e Engels reconhecem (...) que uma revolução não pode ser feita por mera vontade, mas apenas na medida em que seja o produto necessário de determinadas condições, e enquanto essas condições estiverem faltando, a revolução seria impossível. É apenas onde o sistema de produção capitalista atingiu um alto nível de desenvolvimento que as condições econômicas permitem ao poder público transformar os meios de produção em propriedade social (apud Lowy 2010, 2).

Não são poucos os autores que identificam o materialismo histórico *tout court* com essa noção simplista de desenvolvimento. Nisbet, por exemplo, citando a mesma passagem da *Introdução à Crítica da Economia Política* mencionada acima, critica a visão linear da história presente na obra de Marx. A própria a noção de “revolução” seria, de acordo com essa leitura, apenas uma expressão mais dramática da ideia de evolução etapista, pois “[a] aceleração do processo, mesmo por uma revolta armada, não evidencia descontinuidade” (Nisbet 1969, 178). Já Edward Said analisa os escritos de Marx a respeito do domínio imperial britânico na Índia, e conclui que, embora o autor demonstre identificação e empatia com o sofrimento dos povos dominados, o “Orientalismo Romântico” acaba predominando em sua visão. O Eurocentrismo de Marx ficaria especialmente claro em passagens que reafirmam o papel modernizador do colonialismo, como nesse trecho, citado por Said:

A Inglaterra tem que cumprir uma dupla missão na Índia: uma destrutiva e outra regenerativa – a aniquilação da sociedade asiática e a criação das bases materiais para a fundação da sociedade ocidental na Ásia. (Marx, apud Said 2007, 154)

Em resumo, de acordo com interpretações tradicionais dos escritos de Marx, o seu conceito de desenvolvimento – identificado com a sucessão necessária dos modos de produção – sofreria dos problemas teóricos identificados anteriormente, a saber, eurocentrismo, etapismo, e nacionalismo

metodológico. Mais do que isso, esse conceito de desenvolvimento seria incapaz de atender aos interesses da classe trabalhadora em países subdesenvolvidos ou periféricos, pois a arrastaria a alianças com supostos setores progressistas da burguesia, em nome de revoluções nacionais burguesas que nunca se concretizam plenamente. Apenas a classe trabalhadora em países centrais ou desenvolvidos pode encontrar utilidade política no conceito de desenvolvimento que emergiria da obra de Marx, uma vez que suas estruturas produtivas já estariam prontas para a revolução socialista.

Há, entretanto, diversas outras leituras de Marx que colocam em cheque essa interpretação. Entre os interpretes contemporâneos, Michael Löwy, por exemplo, nota que em seus escritos sobre a conjuntura política em países específicos, como a Espanha, a Alemanha e a Rússia, Marx sugere que em casos concretos a burguesia nacional pode ser incapaz de cumprir a tarefa revolucionária dela esperada, recaindo sobre os ombros dos trabalhadores a única esperança para o surgimento de movimentos revolucionários bem sucedidos (Löwy 2010, 13-24). Em seu recente livro sobre teorias do desenvolvimento, Selwyn ressalta que nos escritos de Marx sobre a acumulação primitiva a ideia de que o capital se expandiria de modo desigual pelo mundo já estaria presente (Selwyn 2014, 61).

Apoiada em uma extensa e criteriosa releitura de textos publicados e não publicados de Marx, incluindo os cadernos entre os anos de 1843-48 e 1850-1853 (London Notebooks), Lucia Pradella (2015) sustenta que a teoria do valor em Marx não é originalmente formulada em termos eurocêntricos ou metodologicamente nacionalistas. Desenvolvimento e subdesenvolvimento apareceriam como mutuamente relacionados, e não como características estanques de sociedades tomadas em isolamento. As diferenças nos salários, na produtividade e nos níveis de acumulação explicariam a perpetuação ou a transformação nas relações materiais entre distintas sociedades, mediadas pelo comércio entre elas. Segundo a autora, as teses de Marini teriam sido substancialmente antecipadas nos textos originais de Marx (Pradella 2013, 152). Como explica Pradella:

É a maior exploração relativa dos trabalhadores nos países mais desenvolvidos que leva à transferência de valor dos capitais nos países menos desenvolvidos, o que, por sua vez, impacta negativamente nas condições dos trabalhadores e nas formas de exploração do trabalho, assim como na possibilidade geral de reprodução continuada nesses países. A transferência de mais-valia entre capitais com níveis diferentes de produtividade é baseada em, e molda um, antagonismo global generalizado entre capital e trabalho assalariado. O subdesenvolvimento é uma manifestação nacional desse antagonismo. (Pradella 2015, 153)

Por ser contra-intuitiva, a suposição de que há maior exploração relativa do trabalho nos países desenvolvidos (devido à alta produtividade e à elevada composição orgânica do capital) precisaria ser mais bem explicada, além de substanciada com estudos empíricos que pudessem evidenciá-la. De todo modo, o que importa para os fins do presente artigo é notar a diferença entre

essa noção dinâmica da relação entre desenvolvimento-subdesenvolvimento e a leitura anterior de Marx, que identificava o desenvolvimento com a evolução necessária dos meios de produção, processo esse que ocorreria naturalmente com o tempo, em cada sociedade. A leitura de Pradella, de fato, aproxima Marx da visão de desenvolvimento presente nas teorias da dependência, ao ressaltar o caráter relacional desse conceito.

A pluralidade de leituras possíveis indica que o conceito de desenvolvimento em Marx não é claro e consistente por toda a sua obra; ele segue, portanto, aberto a disputas. Como já mencionado, de um ponto de vista político, visões lineares do desenvolvimento têm dificuldade em explicar a irrupção de revoluções em países supostamente atrasados. É justamente essa a porta de entrada usada por Trotsky em sua formulação da “lei” do desenvolvimento desigual e combinado. Preocupado em justificar a possibilidade de uma revolução socialista na Rússia, Trotsky propõe uma nova perspectiva sobre a transformação das estruturas produtivas. Anunciada no panfleto *Balanços e Perspectivas*, de 1906 (1986), e posteriormente elaborada em *A Revolução Permanente* (2011 [1931]) e *História da Revolução Russa* (2008 [1931])<sup>15</sup>, essa nova perspectiva coloca a internacionalidade – a relação entre as sociedades – no centro de uma teoria não-linear e pluralista do desenvolvimento.

## O Desenvolvimento Desigual e Combinado

Vejamos, primeiro, o que Trotsky tem a dizer sobre interpretações etapistas do materialismo histórico:

É possível aos trabalhadores conquistar o poder num país economicamente atrasado antes de conquistarem num país avançado. Em 1871, os operários tomaram deliberadamente o poder na Paris pequeno-burguesa (...). Imaginar que a ditadura do proletariado dependa automaticamente de algum modo do desenvolvimento e dos recursos técnicos de um país é um preconceito do materialismo "econômico" simplificado até ao absurdo. Este ponto de vista nada tem a ver com o marxismo. (Trotsky 1986 [1906], 63)

E quarto parágrafos depois:

O marxismo é antes de tudo um método de análise — não de textos, mas de relações sociais. Será verdade que na Rússia a fraqueza do liberalismo capitalista significa inevitavelmente a fraqueza do movimento dos trabalhadores? Será verdade, para a Rússia, que não pode haver movimento operário independente antes que a burguesia tenha conquistado o poder? Basta colocar estas questões para ver o formalismo sem esperança que é dissimulado nas tentativas de transformar uma observação historicamente relativa de Marx em um axioma supra-histórico. (Trotsky 1986 [1906], 64)

Esses e diversos outros trechos de *Balanços e Perspectivas* revelam uma rejeição à interpretação etapista do materialismo histórico que dificilmente poderia ser mais contundente.

---

<sup>15</sup> As referências entre colchetes são às datas das primeiras edições em inglês.

Nesses comentários mais políticos do que teóricos, o jovem Trotsky, então com 27 anos, não poderia ir muito além de sugerir que condições específicas da formação de classes em cada contexto histórico e em cada sociedade deveriam ser levadas em conta para a análise das perspectivas de revolução. O autor identifica com clareza o problema fundamental nas interpretações mecânicas de Marx, mas aparentemente ainda não é capaz de formular uma alternativa à noção de desenvolvimento que as sustenta. Mesmo assim, Burawoy considera que “escrevendo em 1906, Trotsky não apenas antecipou a Revolução Russa, mas também o processo pelo qual ela aconteceria, bem como as suas consequências” (Burawoy 1989, 787). Por isso o sociólogo afirma que Trotsky oferece uma contribuição original ao “programa de pesquisa marxista”, abrindo novas possibilidades para visões não etapistas do materialismo histórico e resolvendo uma anomalia fundamental no modelo de Marx, a saber, o fato de a primeira revolução socialista ter acontecido em um país atrasado, e não nos países capitalistas mais avançados, como seria de se esperar.

As teses de Trotsky sobre a revolução e o desenvolvimento ganham densidade argumentativa e tornam-se progressivamente mais propositivas em *A Revolução Permanente* e, finalmente, na *História da Revolução Russa*. Mantendo a noção teórica de “estágios” do progresso histórico, o autor reconhece que, na realidade, a luta política nem sempre segue as etapas previstas, podendo tomar rumos próprios:

Um ou outro estágio do processo histórico pode provar-se inevitável sob certas condições, embora teoricamente ele não apareça como inevitável. E ao contrário, estágios teoricamente “inevitáveis” podem ser comprimidos em nada na dinâmica do desenvolvimento, especialmente durante revoluções, que não à toa são chamadas de locomotivas da história. (Trotsky 2011 [1931], 107).

Para Trotsky, portanto, o desenvolvimento das estruturas produtivas das diferentes sociedades, a sucessão dos modos de produção e os rumos das lutas políticas são materialmente determinados caso a caso, na realidade histórica. Na prática, o desenvolvimento não seguiria um esquema teórico de etapas necessárias.

Sendo assim, a questão que imediatamente se coloca é: como podemos entender esse processo? Em outras palavras, é possível identificar alguma lógica não-etapista no desenvolvimento histórico das sociedades? Ou o próprio conceito de desenvolvimento não faria mais sentido, diante da multiplicidade de experiências históricas de transformação produtiva e política, cada uma com sua própria lógica?

Após minar radicalmente as bases da abordagem etapista do materialismo histórico, Trotsky dá início ao esforço positivo de construção de uma nova teoria da transformação social, introduzindo elementos que devem ser levados em conta para a análise histórica concreta do



desenvolvimento, sempre tendo em vista a aplicação dessas ideias para a avaliação da possibilidade de revoluções. Nesse ponto, a noção de “internacionalidade” aparece no centro de sua análise:

A revolução socialista começa na arena nacional, desenvolve-se posteriormente na interestatal, e finalmente na arena mundial (...) O esquema anteriormente mencionado da revolução mundial elimina a questão de que países estão prontos ou não para o socialismo (...). Na medida em que o capitalismo criou o mercado mundial, a divisão do trabalho e das forças produtivas por todo o mundo, ele também preparou a economia mundial para a transformação socialista. (Trotsky 2011[1931], 155)

Esse argumento antecipa a principal ideia do projeto de Análise dos Sistemas-Mundo, de Wallerstein, que é justamente a definição do capitalismo como um sistema global, em oposição à definição do capitalismo apenas como um modo de produção característico das economias nacionais (Wallerstein 1974). Embora não coloque a questão nesses termos, que apenas surgiriam no jargão acadêmico décadas mais tarde, Trotsky parece perceber que o problema do etapismo está intrinsecamente relacionado ao nacionalismo metodológico. Para que faça sentido falar em etapas de desenvolvimento de um país individual, seria preciso isolá-lo abstratamente de suas relações internacionais, como se cada Estado seguisse linhas paralelas de desenvolvimento. Como a história nunca se repete do mesmo modo e as sociedades estão, na realidade, em permanente interação, etapismo e nacionalismo metodológico devem ser superados por uma visão relacional do desenvolvimento.

Ao levar a análise para o nível das relações entre os países, está implícita a noção de que as sociedades determinam mutuamente o desenvolvimento de suas estruturas produtivas. Em vez de um modelo que toma os Estados isolados como as unidades básicas de análise e postula o desenvolvimento como um processo autóctone, feito de passos necessários em direção a um fim definido, é possível vislumbrar um modelo complexo, no qual o binômio desenvolvimento-subdesenvolvimento aparece como uma relação, e os modos de produção combinam-se em estruturas produtivas que podem ser mais ou menos eficientes em termos relativos. Essa ideia aparece claramente no parágrafo mais citado da *História da Revolução Russa*:

As leis da história nada têm em comum com o esquematismo pedante. A desigualdade, a lei mais geral do processo histórico, revela-se de modo mais agudo e complexo no destino dos países atrasados. Sob o chicote da necessidade externa, a sua cultura atrasada é compelida a dar saltos. Da lei universal da desigualdade deriva-se outra lei a qual, por falta de nome melhor, podemos chamar de *desenvolvimento combinado* - pelo que nos referimos à junção dos diferentes estágios da jornada, uma combinação dos diferentes passos, um amálgama de formas arcaicas com outras mais contemporâneas. Sem essa lei, que deve ser tomada, evidentemente, em seu inteiro conteúdo material, é impossível entender a história da Rússia, e, na verdade, de qualquer país de segunda, terceira ou décima classe cultural. (Trotsky 2009 [1932], 5)

Embora cronologicamente Trotsky tenha cunhado o conceito de revolução permanente antes da “lei” do desenvolvimento desigual e combinado, logicamente a definição do desenvolvimento como um processo desigual e combinado de transformação social é exatamente o que torna possível a revolução permanente. Usando o exemplo de Trotsky, é apenas porque a Rússia combinava materialmente características de diferentes modos de produção, em 1917, que foi possível ao movimento revolucionário realizar, ao mesmo tempo, as revoluções burguesa-democrática e socialista. É interessante notar, no entanto, que, do ponto de vista de Trotsky, o conceito central parece ser o de revolução permanente, e não o de desenvolvimento desigual e combinado, o que é consistente com a ideia de que o marxismo é, sobretudo, uma filosofia da práxis.

Em resumo, nos textos de Trotsky observa-se uma reformulação do conceito materialista histórico de desenvolvimento. Apropriando-se seletivamente da obra de Marx, Trotsky rompe claramente com a leitura etapista e nacionalista metodológica predominante nos círculos marxistas de seu tempo. No lugar dessa leitura reducionista, surge uma visão relacional do desenvolvimento, segundo a qual estruturas produtivas híbridas (combinadas), com características de diferentes modos de produção, seriam formadas pela interação entre as sociedades. Termos diretamente relacionados ao desenvolvimento – como “avançado”, “atrasado”, “etapa” “classe cultural” – são assim ressignificados. Para Trotsky, essas palavras referem-se a aspectos relativos das estruturas produtivas presentes em diferentes sociedades em um determinado tempo, e não a um padrão abstrato de sucessão dos meios de produção.

As consequências teóricas e as possíveis aplicações dessas originais ideias de Trotsky vão muito além das discussões táticas e estratégicas no interior de partidos comunistas a respeito do momento ideal para a revolução. Ao introduzi-las pela primeira vez no campo das Relações Internacionais, Justin Rosenberg procurava uma alternativa ao paradigma realista dominante na disciplina, a “velha teoria que tem nos mostrado apenas uma luta vazia e sem sentido pelo poder” (Rosenberg 1996, 4). De fato, o problema do nacionalismo metodológico está no centro da disciplina das Relações Internacionais, constituída justamente sobre a suposição de que a interação entre os Estados é um fenômeno qualitativamente distinto das relações sociais no interior de cada Estado<sup>16</sup>.

A perspectiva (neo)realista das relações internacionais pressupõe a separação teórica entre as esferas doméstica e a esfera internacional de cada sociedade. Essa divisão baseia-se na ideia de que há uma lógica distinta que governa as relações entre os Estados, naturalmente anárquicas, lógica essa que não pode ser apreendida pelo quadro teórico herdado da sociologia clássica (Rosenberg 2006, 308), e que, portanto, estabelece o terreno da análise internacional por excelência. Por outro

---

<sup>16</sup> Para uma introdução crítica à disciplina acadêmica de Relações Internacionais, ver Weber (2010)

lado, análises sociológicas e econômicas que partem do nível nacional tendem a representar as relações internacionais como fatores externos não-teorizáveis, que em algum ponto são introduzidas *ad hoc* em seus modelos explicativos. Esse é o caso das abordagens neoliberais e neodesenvolvimentistas, que implícita ou explicitamente supõe que as consequências negativas da interação internacional podem ser “neutralizadas”, ao mesmo tempo em que as oportunidades do mercado internacional podem ser “aproveitadas” por um país determinado. Estados são vistos sempre como uma unidade que tendem ao desenvolvimento.

Para Rosenberg, a ideia de desenvolvimento desigual e combinado oferece uma forma de conectar esses diferentes níveis de análise (sociológico/nacional – geopolítico/internacional), uma vez que as relações internacionais emergiriam da natureza das próprias sociedades. Em outras palavras, a internacionalidade é vista como um aspecto necessário da existência e da transformação das sociedades, e não como um fato supra-social, uma estrutura invariável e a-histórica baseada na anarquia entre os Estados e na balança de poder.

Essa releitura teórica do desenvolvimento desigual e combinado é capaz de superar a longa divisão entre sociologia e geopolítica, sugerindo uma perspectiva a partir da qual a internacionalidade é organicamente derivada de uma categoria sociológica fundamental, a saber, a desigualdade. “A internacionalidade nada mais é, simplesmente, (...) do que a mais alta expressão do desenvolvimento desigual e combinado. Essa é sua definição sociológica” (Rosenberg 2006, 328); ou, como reformulado em um artigo mais recente: “o desenvolvimento desigual e combinado é, portanto, a fórmula sociológica do internacional como uma abstração geral” (Rosenberg 2013, 194).

A interessante apropriação da ideia original de Trotsky proposta por Rosenberg concentra-se na noção de “desigualdade”, presente no conceito de desenvolvimento desigual e combinado. O autor lê o princípio da desigualdade como uma pressuposição de multiplicidade política, postulando esse que deveria ser incluído necessariamente em explicações sociológicas, uma vez que “sociedades não se desenvolvem isoladamente” (Rosenberg 2006, 319). Elevando o desenvolvimento desigual e combinado ao núcleo de uma perspectiva teórica geral das Relações Internacionais, no entanto, Rosenberg sugere sua aplicabilidade para a análise de quaisquer relações entre sociedades, o que vem sendo objeto de intenso debate acadêmico<sup>17</sup>.

Para os fins deste artigo, interessa apenas notar que as ideias de Trotsky, ao serem reformuladas no nível de abstração proposto por Rosenberg, podem servir de base para a definição

---

<sup>17</sup> Veja, por exemplo, Callinicos and Rosenberg (2008); Davidson (2009); Allinson e Anievas (2009); Ashman (2009) e Teschke (2014). A crítica mais radical sublinha o caráter trans-histórico do desenvolvimento desigual e combinado, em oposição à abordagem concreta e historicizada oferecida pelo marxismo político (Teschke 2014: 64). Outros autores, como Davidson e Ashman, mesmo concordando com o desenvolvimento desigual e combinado como uma base teórica para o entendimento de casos contemporâneos de transformação social sob a pressão do capitalismo internacional, ressaltam que a extensão desse conceito para casos pré-modernos seria impossível, dada a especificidade histórica do desenvolvimento capitalista que Trotsky tentava capturar com sua formulação original. Para interessantes defesas da formulação de Rosenberg, ver Cooper (2013) e Matin (2013).

de um conceito de desenvolvimento que supere definitivamente as interpretações etapistas, eurocêntricas e metodologicamente nacionalistas do materialismo histórico. Tendo em vista o aspecto desigual e combinado da constante transformação histórica nas estruturas produtivas, e tomando como base a sociologia marxista mais ampla da qual Trotsky parte, baseada na luta de classes, uma relação central fica clara: as transformações nas estruturas produtivas das sociedades, as relações de dominação e as relações entre as sociedades são mutuamente constitutivas.

Do ponto de vista das classes dominantes, o desafio do desenvolvimento é duplo. Por um lado, pressionada pela competição com as classes dominantes de outras sociedades, a modernização das estruturas produtivas tornam-se fundamentais. Por outro, esse processo precisa ser conduzido com extrema cautela, pois ameaça a posição privilegiada que a classe dominante tem em sua própria sociedade. Do ponto de vista das classes subordinadas, no entanto, o processo de transformação produtiva pode acabar fortalecendo as classes dominantes, porém pode também abrir novas oportunidades para a desestabilização as relações de classe e, em última instância, para a tomada do poder<sup>18</sup>. É impossível determinar, *a priori*, os resultados que a interação entre as disputas de classe, a transformação das estruturas produtivas e as relações internacionais produzirão em cada caso concreto. Seja qual for, entretanto, o peculiar caminho que tomar o desenvolvimento de uma sociedade, ele sempre poderá ser decomposto e explicado *a posteriori* com base nesses três elementos.

### **Conclusão – definição do conceito**

Esse artigo começou com uma pergunta: o que é desenvolvimento? Para respondê-la, apresentamos os problemas teóricos inerentes à formulação corrente desse conceito, mostramos como, mesmo assim, ele continua sendo utilizado politicamente por neoliberais e neodesenvolvimentistas, e exploramos os pensamentos de Marx, Trotsky e alguns de seus interpretes contemporâneos sobre o assunto. Estamos agora em condições de propor uma definição crítica do conceito de desenvolvimento que, por um lado, supere as dificuldades teóricas colocadas e, por outro, ofereça uma alternativa política para a apropriação dessa poderosa palavra para os fins da classe trabalhadora:

Desenvolvimento é a transformação contínua nas estruturas produtivas e nas relações de classe que as sociedades provocam entre si, ao interagirem no tempo e no espaço. O desenvolvimento é necessariamente desigual e combinado, porque a interação entre as sociedades é mediada pelas disputas de classe em cada uma delas, o que resulta em apropriações seletivas de técnicas produtivas e práticas culturais.

---

<sup>18</sup> Uma observação similar é feita por Selwyn (Selwyn 2014, 103), ao comparar as perspectivas sobre o desenvolvimento em Gerschenkron e Trotsky.

Teoricamente, esse conceito de desenvolvimento supera o etapismo, o eurocentrismo e o nacionalismo metodológico. Etapas de desenvolvimento – revelada em termos como “atrasado” ou “avançado” – só fazem sentido em termos comparativos, específicos e historicamente definidos, nunca em termos absolutos. As sociedades europeias não são modelos de desenvolvimento a serem copiados, uma vez que as transformações em suas estruturas produtivas aconteceram, desde o início, em relação a outras sociedades, e suas configurações de classe apresentam configurações específicas. Não há um caminho nacional para o desenvolvimento, a dinâmica do desenvolvimento não pode ser apreendida apenas no nível nacional.

Politicamente, a consequência mais importante da definição proposta acima é a “desmoralização” do conceito desenvolvimento. O desenvolvimento, em si mesmo, não é algo bom ou ruim, não é um objetivo a ser conquistado – como querem neoliberais e neodesenvolvimentistas. O desenvolvimento só interessa á classe trabalhadora como forma de desestabilização da classe dominante. O fim da classe trabalhadora não pode ser o desenvolvimento *per se*, mas sim a tomada do poder e a superação das estruturas de classe.

## Referências:

- Allinson, Jamie C, and Alexander Anievas. 2009. "The Uses and Misuses of Uneven and Combined Development: An Anatomy of a Concept." *Cambridge Review of International Affairs* 22 (1): 47–67. doi:10.1080/09557570802680132.
- Antunes de Oliveira, Felipe Antunes de. 2014. "O Problema Da Multiplicidade Política Para O Materialismo Histórico: As Análises Dos Sistemas-Mundo E O Desenvolvimento Desigual E Combinado." *Textos de Economia* 17 (2): 107–27.
- Ashman, Sam. 2009. "Capitalism, Uneven and Combined Development and the Transhistoric." *Cambridge Review of International Affairs* 22 (1): 29–46. doi:10.1080/09557570802683896.
- Berringer, Tatiana. 2014. "Bloco No Poder E Política Externa Nos Governos FHC E Lula." UNICAMP. <http://marxismo21.org/wp-content/uploads/2012/08/Tese-Tatiana-Berringer-2014.pdf>.
- Bresser-Pereira, Luiz Carlos. 2006. "O Novo Desenvolvimentismo E a Ortodoxia Convencional." *São Paulo Em Perspectiva* 20 (3): 5–24.
- Bresser Pereira, Luiz Carlos. 2010. *Globalization and Competition: Why Some Emergent Countries Succeed While Others Fall Behind*. Cambridge: Cambridge University Press. <http://ebooks.cambridge.org/ref/id/CBO9780511691928>.
- Bresser-Pereira, Luiz Carlos. 2012a. "Structuralist Macroeconomics and the New Developmentalism." *Revista de Economia Política* 32 (3): 347–66. doi:10.1590/S0101-31572012000300001.
- . 2012b. "Summing Up Structuralist Development Macroeconomics and New Developmentalism." *Challenge (05775132)* 55 (5): 59–78.
- Burawoy, Michael. 1989. "Two Methods in Search of Science: Skocpol versus Trotsky." *Theory and Society* 18 (6): 759–805.
- Callinicos, Alex, and Justin Rosenberg. 2008. "Uneven and Combined Development: The Social-Relational Substratum of 'the International'? An Exchange of Letters." *Cambridge Review of International Affairs* 21 (1): 77–112. doi:10.1080/09557570701828600.
- Cardoso and Faletto. 1979. *Dependency and Development in Latin America*. Berkeley ; London: University of California Press.
- Cardoso, Fernando H. 2014. *Discursos Seleccionados do Presidente Fernando Henrique Cardoso*. Brasília: Funag.
- Castelo, Rodrigo. 2012. "O Novo Desenvolvimentismo Ea Decadência Ideológica Do Pensamento Econômico Brasileiro." *Serviço Social E Sociedade* 1 (112). <http://www.scielo.br/pdf/ssoc/n112/02.pdf>.
- Connell, Raewyn, and Nour Dados. 2014. "Where in the World Does Neoliberalism Come From?" *Theory and Society* 43 (2): 117–38. doi:10.1007/s11186-014-9212-9.
- Cooper, L. 2013. "Can Contingency Be 'Internalized' into the Bounds of Theory? Critical Realism, the Philosophy of Internal Relations and the Solution of 'Uneven and Combined Development.'" *Cambridge Review of International Affairs* 26 (3): 573–97. doi:10.1080/09557571.2013.814045.
- Corden, W. M. 1984. "Booming Sector and Dutch Disease Economics: Survey and Consolidation." *Oxford Economic Papers, New Series*, 36 (3): 359–80.
- Da Silva, Lula. 2014. *Discursos Seleccionados do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva*. Brasília: Funag.
- Davidson, Neil. 2009. "Putting the Nation Back into 'the International.'" *Cambridge Review of International Affairs* 22 (1): 9–28. doi:10.1080/09557570802683920.

- Ebenau, Matthias. 2014. "Comparative Capitalisms and Latin American Neodevelopmentalism: A Critical Political Economy View." *Capital & Class* 38 (1): 102–14. doi:10.1177/0309816813512591.
- Escobar, Arturo. 2012. *Encountering Development : The Making and Unmaking of the Third World*. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- Esteve, Gustavo. 1992. "Development." In *The Development Dictionary*, edited by Wolfgang Sachs. London: Zed.
- Feliz, M. 2014. "Barriers and the Limits of Neodevelopmentalism: Lessons from the Argentinean Experience, 2003-2011." *Review of Radical Political Economics*. doi:10.1177/0486613413518729.
- Fraga, Arminio. 1994. "Central Banking after the Latin American Debt Crisis." *The Columbia Journal of World Business* 29 (2): 66–70. doi:10.1016/0022-5428(94)90006-X.
- . 2004. "Latin America since the 1990s: Rising from the Sickbed?" *Journal of Economic Perspectives* 18 (2): 89–106. doi:10.1257/0895330041371204.
- Franco, Gustavo. 1998. "A Inserção Externa E O Desenvolvimento." *Revista de Economia Política* 18 n. 3.
- Frank, André Gunder. 1969. *Latin America : Underdevelopment or Revolution : Essays on the Development of Underdevelopment and the Immediate Enemy*. New York: Monthly Review P.
- Frank, Andre Gunder. 1971. *Capitalism and Underdevelopment in Latin America : Historical Studies of Chile and Brazil*. [Revised ed.]. Harmondsworth: Penguin.
- Frank, Andre Gunder. 1973. "La Dependencia Ha Muerto: Viva La Dependencia Y La Lucha de Clases. Una Respuesta a Criticos." *Desarrollo Económico* 13 (49): 199–219. doi:10.2307/3466248.
- Katz, Claudio. 2013. "MANIFESTACIONES DE LA CRISE EN AMERICA LATINA Y LAS PARADOJAS DEL NEODESARROLISMO ARGENTINO." *Caderno CRH* 26 (67): 49–64.
- . 2014. *Neoliberalismo, Desarrollismo O Socialismo*. Buenos Aires: Ediciones Cooperativas.
- Kirchner, Néstor. 2003. "Discurso de Asunción Del Presidente Néstor Kirchner | Cristina Fernandez de Kirchner." <http://www.cfkargentina.com/discurso-de-asuncion-del-presidente-nestor-kirchner/>.
- Lowy, Michael. 2010. *The Politics of Combined and Uneven Development : The Theory of Permanent Revolution*. Chicago, Ill: Haymarket Books ; Minneapolis, Minn.
- Mariña-Flores, Abelardo. 2015. "Beyond Neoliberalism and New Developmentalism in Latin America: Towards an Anti-Capitalist Agenda." In *Polarizing Development*, 145–56. London: Pluto Press.
- Marini, Ruy Mauro. 1978. "Las Razones Del Neodesarrollismo (respuesta a F. H. Cardoso Y J. Serra)." *Revista Mexicana de Sociología* 40 (January): 57–106. doi:10.2307/3539683.
- Marx, Karl, and Friedrich Engels. 2010a. *Karl Marx, Frederick Engels Volume 29, Volume 29*,. London: Lawrence & Wishart Electric Book. <http://site.ebrary.com/id/10502186>.
- . 2010b. *Karl Marx, Frederick Engels Volume 35, Volume 35*,. London: Lawrence & Wishart Electric Book. <http://site.ebrary.com/id/10502167>.
- Matin, Kamran. 2013. "Redeeming the Universal: Postcolonialism and the Inner Life of Eurocentrism." *European Journal of International Relations* 19 (2): 353–77. doi:10.1177/1354066111425263.
- MDIC. 2015. "Lei Orçamentária Anual 2015." [http://antigo.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/sof/LOA%202015/150420\\_LOA\\_2015\\_Anexo\\_I.pdf](http://antigo.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/sof/LOA%202015/150420_LOA_2015_Anexo_I.pdf).
- Menem, Carlos. 1989. "Discurso de Asunción Del Presidente C. S. Menem | Archivo." <http://archivohistorico.educ.ar/content/discurso-de-asunci%C3%B3n-del-presidente-c-s-menem-1989>.

- Pradella, Lucia. 2013. "Imperialism and Capitalist Development in Marx's Capital." *Historical Materialism* 21 (2): 117–47. doi:10.1163/1569206X-12341300.
- . 2015. *Globalization and the Critique of Political Economy: New Insights from Marx's Writings*. Routledge Frontiers of Political Economy 192. Abingdon, Oxon ; New York, NY: Routledge.
- Rist, Gilbert. 2002. *The History of Development : From Western Origins to Global Faith*. New updated ed.. London: Zed.
- . 2007. "Development as a Buzzword." *Development in Practice* 17 (4/5): 485–91.
- Robert A. Nisbet. 1969. *Social Change and History : Aspects of the Western Theory of Development*. OUP.
- Rosenberg, Justin. 1996. "Isaac Deutscher and the Lost History of International Relations." *New Left Review*, I, , no. 215 (February): 3–15.
- . 2006. "Why Is There No International Historical Sociology?" *European Journal of International Relations* 12 (3): 307–40. doi:10.1177/1354066106067345.
- . 2013. "Kenneth Waltz and Leon Trotsky: Anarchy in the Mirror of Uneven and Combined Development." *International Politics* 50 (2): 183–230. doi:10.1057/ip.2013.6.
- Said, Edward W. 2007. *Orientalism*. Penguin Books, Limited.
- Scopus - Document Search Results. 2015. Accessed July 1.  
[http://www.scopus.com/results/results.url?numberOfFields=0&src=s&clickedLink=&edit=&editSaveSearch=&origin=searchbasic&authorTab=&affiliationTab=&advancedTab=&scient=1&menu=search&tablin=&searchterm1=%22development%22&field1=TITLE\\_ABS\\_KEY&dateType=Publication\\_Date\\_Type&yearFrom=Before+1960&yearTo=Present&loadDate=7&documenttype=All&subjects=SOSC&src=s&st1=%22development%22&st2=&sot=b&sdt=b&sl=&s=TITLE-ABS-KEY%28%22development%22%29&sid=C8BADD26F53C7642B4831E75A3309ED1.y7E SLndDIIsN8cE7qwvy6w%3A20&searchId=C8BADD26F53C7642B4831E75A3309ED1.y7ESLndDIIsN8cE7qwvy6w%3A20&txGid=C8BADD26F53C7642B4831E75A3309ED1.y7E SLndDIIsN8cE7qwvy6w%3A20&sort=plf-f&originationType=b&rr=&null=](http://www.scopus.com/results/results.url?numberOfFields=0&src=s&clickedLink=&edit=&editSaveSearch=&origin=searchbasic&authorTab=&affiliationTab=&advancedTab=&scient=1&menu=search&tablin=&searchterm1=%22development%22&field1=TITLE_ABS_KEY&dateType=Publication_Date_Type&yearFrom=Before+1960&yearTo=Present&loadDate=7&documenttype=All&subjects=SOSC&src=s&st1=%22development%22&st2=&sot=b&sdt=b&sl=&s=TITLE-ABS-KEY%28%22development%22%29&sid=C8BADD26F53C7642B4831E75A3309ED1.y7E SLndDIIsN8cE7qwvy6w%3A20&searchId=C8BADD26F53C7642B4831E75A3309ED1.y7ESLndDIIsN8cE7qwvy6w%3A20&txGid=C8BADD26F53C7642B4831E75A3309ED1.y7E SLndDIIsN8cE7qwvy6w%3A20&sort=plf-f&originationType=b&rr=&null=)
- Selwyn, Ben. 2014. *The Global Development Crisis*. 1 edition. Polity Press.
- Serra, José, and Fernando H. Cardoso. 1978. "Las Desventuras de La Dialéctica de La Dependencia." *Revista Mexicana de Sociología* 40 (January): 9–55. doi:10.2307/3539682.
- Sicsú, João, Luiz Fernando de Paula, and Renalt Michel. 2007. "Why New-Developmentalism?" *Revista de Economia Política* 27 (4): 507–24. doi:10.1590/S0101-31572007000400001.
- Sicsú, João, Luiz Fernando de Paula, and Renaut Michel. 2005. *Novo-desenvolvimentismo: um projeto nacional de crescimento com equidade social*. Manole.
- Ten Theses. 2012. "Ten Theses on New Developmentalism." *Revista de Economia Política* 32 (2): 336–38. doi:10.1590/S0101-31572012000200011.
- Teschke, Benno. 2014. "IR Theory, Historical Materialism, and the False Promise of International Historical Sociology." *Spectrum: Journal of Global Studies* 6 (1): 1–66.
- Trotsky, Leon. 1986. *Permanent Revolution & Results and Prospects*. New York: Pathfinder Press.
- . 2011. *The Permanent Revolution*. Translated by Max Schachtman. Kapaau, Hawaii: Gutenberg Publishers.
- Wallerstein, Immanuel. 1974. "The Rise and Future Demise of the World Capitalist System: Concepts for Comparative Analysis." *Comparative Studies in Society and History* 16 (04): 387–415. doi:10.1017/S0010417500007520.
- . 1984. "The Development of the Concept of Development." *Sociological Theory* 2 (January): 102–16. doi:10.2307/223344.
- Weber, Cynthia. 2010. *International Relations Theory: A Critical Introduction*. 3rd ed. London ; New York: Routledge.
- Web of Science [v.5.17] - Todas as Bases de dados Resultados. 2015. Accessed July 1.  
[http://apps.webofknowledge.com/Search.do?product=UA&SID=X1NbaoKVgm9qKhxcVbn&search\\_mode=GeneralSearch&prID=7cbc80c1-ce7f-4978-8927-15e412ba8c30](http://apps.webofknowledge.com/Search.do?product=UA&SID=X1NbaoKVgm9qKhxcVbn&search_mode=GeneralSearch&prID=7cbc80c1-ce7f-4978-8927-15e412ba8c30)



Williamson, John. 1990. "What Washington Means by Policy Reform." *Latin American Adjustment: How Much Has Happened* 7: 7–20.